



Reportagem, reconhecimento e o que nunca vamos saber: uma leitura do Especial Tapajós da *Agência Pública*

Reges Schwaab¹

Maiara Rauber²

Resumo: Inserido em um projeto mais amplo, o debate aqui desenvolvido tem como motivação a busca por discutir a possibilidade da ruptura do narrar jornalístico, como um dizer que “abre a possibilidade do possível” (MARCOS, 2007), inserido no jogo do reconhecimento entre sujeitos diante das problemáticas do contemporâneo. Localizamos como propulsora do debate a abordagem de um conflito socioambiental que envolve comunidades humanas, demarcação de terras e empreendimentos hidroelétricos na Amazônia, a partir da série de reportagens *Especial Tapajós*, da *Agência Pública de Jornalismo Investigativo*. A base da discussão jornalística é a reportagem e o que ela compreende como prática e como gesto narrativo, sendo nossa intensão sondá-la pela hipótese de que alcançar a ruptura e a força da narrativa seriam devedoras, em essência, do gesto de reconhecimento.

Palavras-chave: Reportagem; narrativa; reconhecimento; socioambiental; Agência Pública.

1. Comentários Iniciais

“O que vocês querem perguntar? Vocês querem saber a história Munduruku? Eu posso contar: o cachorro é o homem, a mulher é o peixe. Me diz como vocês vão entender isso? Por isso que eu digo: vocês nunca vão saber.”
Roseninho

O presente artigo apresenta parte de um trabalho que tem a intencionalidade de debater a reportagem como devedora, em primeiro lugar, do gesto de reconhecimento.

¹ Doutor em Comunicação e Informação pela UFRGS. Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM Campus Frederico Westphalen. Integrante dos Grupos de Pesquisa Jornalismo Ambiental (UFRGS/CNPq) e Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (UFSM/CNPq). E-mail: reges.ts@gmail.com.

² Bolsista FIPE Júnior (UFSM). Acadêmica de Jornalismo na UFSM Campus Frederico Westphalen. Integrante do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (UFSM/CNPq). E-mail: maiara@gmail.com

Esse movimento considera em especial que as emergências do contemporâneo, com especial relevo aos temas socioambientais, os conflitos sociais, as diferenças e as temáticas humanitárias, que requisitam passos mais sólidos para que sejam alcançados e possam reverberar e dar a ver o espectro que mobilizam. Para isso, sem perder de vista os intervalos que se estabelecem entre a narrativa jornalística, a histórica e a literária, buscamos dirigir a discussão sobre a reportagem jornalística e sua construção mantendo em permanente evidência o Outro, dimensão primeira do gesto comunicativo. Sob essa perspectiva, a possibilidade da ruptura do narrar jornalístico surge como elemento importante, como o que “abre a possibilidade do possível” (MARCOS, 2007).

Na esteira do debate pretendido, o trabalho da reportagem não pode ser visto como uma modalidade textual apenas, tampouco pode ser traduzido somente por uma técnica. A partir dos objetivos definidos para a pesquisa que origina este texto, trazemos aqui uma breve leitura de produções de um espaço narrativo que classificamos, a partir de Foucault (2009), de “outro espaço”, por sua condição não-hegemônica de produção e circulação, porém justaposto a outras séries de discursos. Aqui, nosso exame vai considerar um recorrido de definições de reportagem em literatura de referência na área e a coleta de elementos da produção jornalística estudada. Em segundo lugar, de uma amostra geral, que faz parte do projeto maior, selecionamos aqui como base empírica para a conversa a série de reportagens *Especial Tapajós*, da *Agência Pública de Jornalismo Investigativo* (<http://apublica.org>). A *Pública* é uma organização sem fins lucrativos sediada no Brasil e mantida por jornalistas desde 2011. Tem o intuito de “produzir reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público, sobre as grandes questões do país do ponto de vista da população – visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos”.³ As reportagens e séries investigativas são livremente reproduzidas por uma rede de mais de 60 veículos, citada a fonte original. O *Especial Tapajós*, abordado mais detalhadamente a seguir, foi produzido entre o final de 2014 e o início de 2015 e consolida mais um movimento da *Agência* no tratamento das grandes questões da Amazônia brasileira.

³ Disponível em: <<http://apublica.org/quem-somos>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

2. Cercar a reportagem

Por um enfoque relacional (PONTE, 2005), os eventos e emergências do mundo e o trabalho jornalístico não podem ser dissociados. Como indica França (1998), o jornalismo não fala simplesmente para a sociedade, mas constitui um tipo de fala da sociedade e a maneira colocar o “mundo diante de si” é o que define sua epistemologia (GROTH, 2011, p. 170), dada a tarefa de se posicionar em relação ao tempo e dar a conhecê-lo, ou também de ser um “apresentação experimental do mundo, que põe continuamente a realidade à prova”, como aponta Motta (2012, p. 220).

Na busca conceitual que estamos empreendendo na pesquisa, nosso primeiro movimento foi recolher definições de reportagem que pudessem auxiliar no tensionamento pretendido, ou seja, cotejar o trabalho da narrativa produzida pela rubrica do jornalismo a partir do gesto de reconhecimento. Tomamos como ponto de partida a produção reunida nos Anais dos encontros anuais da SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo,⁴ na busca por artigos que tocaram na discussão acerca da reportagem. Esse levantamento trabalhou com definições e proposições sobre o tema por eles apresentadas. De posse dos artigos, foi possível partir para um conjunto mínimo de livros, recorrentes como referência em tais textos, indicando linhas de definição da reportagem, o que é recomendado ao repórter na relação com suas fontes de informação e o modo como essa literatura trata das tarefas desse sujeito repórter.

Os Anais da SBPJor, reúnem, de 2003 até 2015, 18 artigos⁵ que tratam, em diferentes níveis, da reportagem. Para conceituá-la, trazem nas referências autores brasileiros como Sodré e Ferrari, Pereira Junior, Lage, Dimenstein e Kotscho. Sodré e Ferrari (1986, p.15) destacam a reportagem em seus estudos por características como “a predominância da forma narrativa, a humanização do relato, o texto de natureza impressionista e a objetividade dos fatos narrados”.

Ao observar os 18 textos, verificamos que seis têm como objeto a reportagem no meio televisivo. Os demais estão voltados para outros suportes, o jornal (três), a revista (dois), os livros (quatro) e os sites (três). Por isso, uma das definições mais recorrentes de reportagem é a televisiva, trabalhada a partir de Squirra (1993, p. 170), como

⁴ Acervo disponível no site da entidade: <<http://www.sbpjor.org.br>>.

⁵ Os artigos que serviram de base foram encontrados a partir da busca por textos do acervo que continham a palavra “ reportagem” no título ou nas palavras-chave.

“conjunto de providências necessárias à elaboração de uma matéria. É composta de pesquisa, trabalho de checagem dos dados, entrevista externa e edição das informações essenciais do fato ocorrido”. Constatamos, nos 18 textos, que o olhar sobre o Outro não é perspectiva de interesse para as reflexões que desenvolvem. Contudo, em Xavier e Rocha (2012), a crítica de Pereira Junior (2006, p. 96) com relação à falta de humanização nas reportagens ganha espaço:

Desumanizar é, por óbvio, tratar de pessoas como quem fala de fenômenos climáticos ou estatísticos. Mas é também a fragmentação dos sentidos, a superficialidade, a falta de contextualização ou o distanciamento acrítico das situações, uma abordagem opaca sem margem a dúvidas, um julgamento preto no branco, a simular um ordenamento e uma previsibilidade sobre o comportamento humano e sobre as realidades apuradas, que quase sempre são desmentidos por apuração mais rigorosa dos incidentes.

Na busca de um aporte sobre um olhar mais atento ao personagem e como sua história dá a ver o tempo e o espaço partilhados, verificamos como esses autores discutem o trabalho do repórter com as fontes. Pereira Junior (2006), em *Apuração da Notícia*, evidencia que o olhar sobre o personagem não deve estar preso a incidentes ou descobertas ímpares:

Humanizar um relato tem um sentido mais amplo que tudo isso. É resistir à tentação de estandarizar ou de precipitar análise sobre uma pessoa – mas, o que é mais complicado, não reduzir os significados possíveis que retratamos na história. Noticiar com frieza protocolar é um ato desumanizante, seja o alvo da apuração uma pessoa, cena ou história. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 96).

Alguns teóricos definem como secundária a reportagem humanizada. Dimenstein e Kotscho (1990, p.79), em *A aventura da reportagem*, não compactuam com essa visão. E rebatem: “como se pudesse existir reportagens desumanas e o texto tenha que ser, necessariamente, duro, pesado, complicado, para parecer profundo, definitivo”.

Em síntese, agrupamos as concepções mais recorrentes que os livros citados trazem como característica da reportagem da seguinte maneira:

- a) A reportagem deve apresentar duas ou mais fontes e pontos de vistas que diferem: “um trabalho jornalístico é objetivo quando garante equilíbrio entre pró, o contra, os ângulos da notícia, quando faz apresentação das partes ou das possibilidades em conflito” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 54).

- b) O uso das “aspas” é fundamental, é preciso atribuir a alguém a informação recebida: “uma das obrigações do repórter é dar crédito a quem falou” (DANTAS, 2012, p. 254).
- c) A fonte anônima é um recurso, a que busca não ser nomeada pela autoria do que está sendo publicado, também denominado fontismo (off), “o anônimo, a absoluta ausência, marca pessoal ao trabalho, que deve ser destituído de qualificativos, metáforas fortes ou o uso da primeira pessoa” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 55)
- d) A reportagem investe em fontes de valor, ou seja, “as fontes devem ser tão confiáveis que a informação fornecida por elas exigem o mínimo possível de controle” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 82).
- e) O olhar e a escuta são mencionados. Cabe ao repórter buscar fatos despercebidos na naturalização do cotidiano: “O desafio do repórter (no cenário complexo, tentacular, da desordenada torrente de acontecimentos que forma a vida contemporânea) é encontrar evidências soterradas em camadas de versões, procurar certezas em situações de incertezas” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 71).
- f) A reportagem requer investimento no levantamento de dados, em intenso trabalho de campo a ser desenvolvido: “Aí se incluem pauta, levantamento de dados no arquivo da empresa jornalística (pesquisa), atividade do repórter através de sua observação do acontecimento e através das entrevistas que realiza” (LAGE, 2008, p. 93). Ainda conforme Lage (2008, p. 20), a figura do repórter tem de ser repensada: “Ele não apenas deve apurar bem, mas formular seu texto como o melhor dos redatores e participar das tarefas de edição”.

A maneira pela qual se constrói a narrativa jornalística e o que ela dá a conhecer sobre o mundo e sobre as práticas jornalísticas não é algo que se afasta de tal discussão. Quando tematizamos o jornalismo pela narrativa, no entanto, cabe demarcar que pouco se modifica em relação ao tipo de problematização que a reportagem impõe no modo de tecer o presente e seu horizonte de problematização. Sabemos que o fazer jornalístico é

tradicionalmente marcado por um tipo de objetividade⁶ e aspectos que limitam a autonomia e os contornos do dizer devem ser evitados. É quando, para Pereira Júnior (2009, p. 95), o jornalismo “corre o risco de desumanizar a informação, cobrir de cinza um mundo mais rico do que a reportagem, enfim, faria supor”. Se o trabalho do jornalista é realizado ou tomado por uma via simplificadora, sua capacidade de debate e interpretação, ou seja, de investimento na sondagem e reconhecimento do tempo e do espaço partilhados se esmorece. Além disso, entre a escrita hegemônica e outras escritas que emergem no cenário midiático, como é o caso do espaço jornalístico que estamos analisando, os modos de dar a conhecer o outro são lacuna a ser tensionada.

Ao buscar outros espaços de narrar, ainda cabe lembrar, tomamos como problemática do campo a existência de um déficit de abrangência das narrativas jornalísticas (MEDINA, 2008), nos obrigando a procurar elementos que permitam visualizar novos intervalos para nossos objetos. Alcançar as questões do contemporâneo e os conflitos desse tempo exige sublinhar a importância do gesto do repórter e da reportagem que, pelo olhar ampliado, ou seja, pela narrativa que advém dos “cacos” e das “migalhas” (GAGNEBIN, 2010) possa se traduzir em potência e ter força social.

3. O Especial Tapajós

A livre reprodução de conteúdo da *Agência Pública*, além do trabalho em parceria com outras instituições independentes internacionais como o *Wikileaks*⁷ e agências da América Latina, Estados Unidos e Europa, são traços tão importantes da sua veia investigativa livre. A *Pública* também atua em financiamentos específicos com bolsas e microbolsas para jornalistas brasileiros desenvolverem reportagens. Acompanhando as possibilidades do ambiente digital, utiliza diferentes formatos narrativos para além de textos, como fotos, vídeos, áudio e infográficos. Em espaços como o da *Pública*, o leitor escolhe a ordem de visualização do material que acessa, com diferentes possibilidades de construção de sentido. A *Pública* também disponibiliza

⁶ Quando pensada como sinônimo de uma pretensa neutralidade, sabendo que, em termos gerais, o texto deverá ser objetivo, porém sem descuidar da necessária pluralidade.

⁷ Organização sem fins lucrativos que publica em seu site documentos e informações confidenciais de interesse público de governos e empresas.

todas as bases documentais utilizadas nas reportagens em formato PDF para livre consulta, em um caráter de transparência da construção da reportagem.

A *Agência* é citada como uma das destacadas iniciativas de jornalismo no país pela edição 214 da Revista Cult (jul. 2016), pelo viés de interesse público, atenção aos direitos humanos e desvinculação de compromissos comerciais e privados. Sua atuação também foi pauta de reportagem no site *Amazônia Real*, com fala de uma das suas idealizadoras e diretoras, a jornalista Natália Viana:

“O que temos visto é que cada vez mais jornalistas decidem fundar seus próprios meios para fazer o jornalismo que sempre sonharam fazer – com liberdade e independência. Por isso têm surgido dezenas de sites, cooperativas, agências e grupos de jornalistas que estão experimentando novos formatos e novas formas de financiamento. Vejo que há claramente um renascimento e um entusiasmo sobre esse renascimento do jornalismo”, avalia.⁸

Segundo uma das repórteres do *Especial Tapajós*, a *Pública* também busca “preencher um espaço de discurso que não era feito, a partir das vozes de movimentos sociais e das populações” (MOTA, 2016), diferente do que costuma ocorrer na chamada mídia tradicional. O eixo investigativo da Amazônia surgiu na *Agência* da experiência das jornalistas diretoras da pública, Marina Amaral e Natália Viana, de que não existe uma cobertura sistemática do que acontece na região. Como lembra Mota (2016), um dos primeiros projetos desenvolvidos pela *Pública* foi o *Amazônia Pública*, observando os conflitos das regiões de Tapajós, Madeira e Carajás, com coberturas extensas e séries de reportagens articulando os vieses econômico, técnico e social/ambiental.

O *Especial Tapajós*,⁹ para o qual chamamos atenção aqui, é constituído de três reportagens centrais, *A batalha pela fronteira Munduruku*, *Ninguém os ouviu* e *Lá vem o progresso*, uma sequência do trabalho aproximado com a Amazônia. A série explora o conflito socioambiental que envolve o projeto de instalação de empreendimentos hidroelétricos no rio Tapajós, curso com 810 km de extensão. Ele é alvo de planos do governo federal que previam um complexo de sete usinas, sendo a mais avançada delas a de São Luiz do Tapajós, com custo de R\$ 30 bilhões e que alagaria a terra indígena Sawré Muybu, solo sagrado para o povo Munduruku. Durante cerca de um ano

⁸ Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/profissao-jornalista-existe-vida-fora-de-redacao>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

⁹ Disponível em: <<http://apublica.org/especial-tapajos>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

(outubro/2014 a fevereiro/2015) a *Agência Pública* acompanhou a luta dos Munduruku para a demarcação de sua terra, já identificada como pertencente a eles em relatório¹⁰ que estava parado na Fundação Nacional do Índio (Funai):

São 193 páginas de minuciosa demonstração dos vínculos históricos que os Munduruku mantêm com esse pedaço de terra. O documento aponta que as 113 pessoas que vivem lá estão com sua “reprodução física e cultural” ameaçada pelo projeto das hidrelétricas. E conclui que “o reconhecimento da Sawré Muybu por parte do Estado é imprescindível para conferir segurança jurídica aos indígenas e garantir que seus direitos sejam respeitados” (ARANHA; MOTA, 2015).

A apuração revelou os movimentos dos indígenas em protesto ao desrespeito para com suas reivindicações e trouxe, em entrevista exclusiva, a revelação da ex-presidente da Funai, Maria Assirati, da interferência política no órgão.¹¹ Desenvolvida durante cinco meses de trabalho, da pré-apuração até a publicação, a série teve apoio financeiro de uma bolsa organização *Mongabay*. Conforme Mota (2016), foi uma forma também de atualizar o debate depois de quase cinco anos de abordagem desses conflitos socioambientais na *Agência*. Para a série, a equipe recuperou todas as produções da *Pública* sobre o tema e observou o forte movimento dos indígenas para a consultar prévia que deveria ser feita em relação aos empreendimentos e o processo de autodemarcação do território indígena, que acaba sendo um forte mote do material. Presencialmente, a equipe se deslocou durante 20 dias no território dos Munduruku, nos espaços dos moradores ribeirinhos e na cidade de Itaituba, deslocamentos que deram origem a cada um dos três textos principais.

A reportagem *A batalha pela fronteira Munduruku* discute a autodemarcação da terra indígena Sawré Muybu. A possível inviabilização da construção da hidrelétrica no rio Tapajós e seus afluentes só ocorreu pela luta do povo indígena para manter o ambiente em que vivem sem tamanha interferência. Em decorrência da construção do conjunto de usinas no rio Tapajós, grande parte da terra ocupada pelos indígenas e ribeirinhos daquela região seria alagada, com impacto direto na sustentabilidade do seu modo de vida, ocasionando, inclusive, a remoção de muitos moradores locais para outros lugares e para cidades.

¹⁰ Ver: <<http://apublica.org/2014/12/relatorio-funai-determina-que-terra-e-dos-munduruku>>.

¹¹ Disponível em: <<http://apublica.org/2015/01/a-funai-esta-sendo-desvalorizada-e-sua-autonomia-totalmente-desconsiderada-diz-ex-presidente>>. Acesso em: 2 Jul. 2016.

Por conseguinte, a reportagem *Ninguém os ouviu* é voltada para o impacto direto na vida dos índios e ribeirinhos que dependem do rio Tapajós em seu dia a dia. Após descrever o modo de vida das pessoas do local, a possível instalação das usinas hidrelétricas é perspectivada pelo seu impacto socioambiental. Por fim, *Lá vem o progresso* direciona a discussão para os possíveis impactos na cidade de Itaituba, à beira do rio Tapajós. No decorrer da reportagem é descrito que, possivelmente, a construção da usina hidrelétrica trará poucos benefícios aquele local. A cidade não tem estrutura de água encanada e esgoto, nem infraestrutura adequada de saúde e educação, sendo que as melhorias prometidas com as obras, segundo a população, não ocorrerão.

A seguir, elencamos alguns índices que demonstram uma busca por dar conta do campo aberto pelo conflito, não simplificando a problemática e deixando que o viés socioambiental possa emergir como forma de colocar a situação em tensão. O gesto interpretativo que identificamos por parte da reportagem pode ser entendido pelos movimentos de:

- a) *Contextualização*: os Munduruku são apresentados como um dos mais numerosos grupos étnicos do Brasil, relacionados também aos demais afetados, os ribeirinhos e a população de Itaituba;
- b) *Descrição de personagens/ locais*: a cultura indígena e as peculiaridades do modo de vida aparecem e há um reconhecimento de seu valor intrínseco como conhecimento próprio e local;
- c) *Acolhida do modo de nomear dos personagens*: “sua terra”, “seu território” externam o pertencimento ao local e a relação social já estabelecida pelos indígenas, respeitada nos textos;
- d) *Comparação*: é oferecida ao leitor a possibilidade de comparativo com outro empreendimento semelhante, a usina de Belo Monte, igualmente envolva em polêmicas pelo seu custo socioambiental em detrimento do benefício a ser gerado; cabe ressaltar que tal comparativo emerge da própria fala das fontes locais, para além dos dados técnicos de apuração;
- e) *Problematização do cotidiano*: a rotina da aldeia, a subsistência do povo e os costumes tradicionais são entrelaçados à responsabilidade de assumir a

autodemarkação, após anos de espera, e o monitoramento dos movimentos do Governo e da Funai em busca de soluções;

f) *O paralelo feito nas reportagens*: podemos observar que na narrativa das reportagens, é mostrado o que o índio e/ou o ribeirinho tem e o que possivelmente poderá ser tirado deles com a construção deste conjunto de hidrelétricas;

g) *Consequências*: valorização em um mesmo patamar das questões ambientais, sociais e culturais de indígenas e ribeirinhos e reconhecimento dos aspectos imateriais que podem ser dizimados pelo impacto das obras;

h) *Perspectiva histórica*: com destaque para a linha do tempo *Décadas de luta pelo Tapajós*, incluída no *Especial Tapajós* que estende no tempo o conflito e a disputa de governos contra os habitantes locais pelo uso de um dos principais rios da Amazônia, o Tapajós.

Na ação configuradora da narrativa, os sujeitos são fator central da observação. Antes da construção dessas observações, uma sistematização numérica das fontes presentes nas reportagens, buscou observar se a população local e outros lados do conflito também estavam marcados como fontes de forma proporcional ou de outro modo. Os números não consideram fontes documentais, apenas pessoas:

Fontes citadas	A batalha pela fronteira Munduruku	Ninguém os ouviu	Lá vem o progresso
Indígenas	7	1	0
Ribeirinhos	0	9	2
Fontes oficiais	8	8	5
Outras/instituições	7	8	13
Total:	22	26	20

Quadro 1: Presença das fontes no texto.

Fonte: Elaboração própria.

As fontes buscadas e/ou citadas em cada reportagem tem suas especificidades. Podemos notar que na reportagem *A batalha pela fronteira Munduruku*, o número de

indígenas como fonte se sobressai se comparada com as demais. Isso porque esse texto é voltado quase que inteiramente para discutir os grandes obstáculos que os índios Munduruku enfrentam na luta para a demarcação e autodemarcação de seu território. Já na reportagem *Ninguém os ouviu*, é fácil perceber que são discutidas as problematizações enfrentadas pelos ribeirinhos, sendo eles maior número de fontes. Tanto as fontes oficiais quanto as institucionais (outras), nestas três reportagens se mantem proporcional. Com a análise, podemos observar que foi recorrida a mesma fonte para comentar a individualidade de cada reportagem.

A série analisada, em especial a primeira reportagem, *A batalha pela fronteira Munduruku*, traduz elementos do encontro que permeia o gesto do reconhecimento. Nesse sentido, recordamos a proposição de Resende (2009, p. 38):

O jornalista como protagonista do ato, quando se reposiciona no lugar do humano, cria possibilidades de encontro. Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve. Ainda que seja dado ao primeiro o privilégio da escrita, ele não faz sua a voz do outro e nem se propõe, tão-somente, a parafrasear suas fontes, como acontece com o texto jornalístico que nada mais faz do que obedecer as regras do discurso dado como legítimo.

A repórter Jéssica Mota (2016), uma das responsáveis pela série, relembra que antes da equipe de reportagem chegar ao local da aldeia, a Força Nacional tinha estado na área para garantir a realização dos estudos. E salienta: “Quando você vai em uma terra indígena, enfim... bom senso... quando você vai a algum lugar você fala ‘posso entrar?’. E os indígenas disseram para as empresas que não”. E complementa: “Eles [os indígenas] se viram com helicópteros circulando na Sawré Muybu, os caras passando de barco, os pesquisadores em campo com medo de que os indígenas fossem fazer alguma coisa com eles”, aumentando, em todas as direções, o clima de incertezas e de falta de diálogo. O sentimento partilhado com os indígenas também se refere à falta de respostas para uma série de questões. Segundo ela, as jornalistas tiveram dificuldade de diálogo do governo em relação às questões colocadas pela reportagem, mesmo tendo enviado perguntas diretamente ao Ministério de Minas e Energia e às empresas do Consórcio de Impacto Ambiental. As perguntas da reportagem que ficaram sem resposta, relembra, foram semelhantes às da população.

Perguntada sobre o exercício da reportagem e a questão da alteridade, se haveria, antes de tudo, um olhar aproximado e aberto do repórter para a construção da abordagem, Jéssica Mota nomeia esse gesto como “empatia” e o reconhece como presente no trabalho. No desenrolar da narrativa *A batalha pela fronteira Munduruku*, por exemplo, podemos perceber essa posição da repórter ao escutar e acolher modos de nomear, como no caso da expressão “sua terra”, ao dizer da área que passaria pelo processo de autodemarcação por parte dos indígenas, depois de longa espera de sete anos pela ação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Para que o gesto de reconhecimento se complete e possa ser o ponto de partida do agir do repórter, acreditamos, acompanhando o pensamento de Milanez (2015, p. 57), é preciso descolonizar o pensamento. Podemos entender a pluralidade como um valor para a reportagem, mas o enredo da narrativa não deve ofuscar o propósito humano e social da palavra. Assim,

Numa situação de conflito, como coloca Martins, a “pretensa neutralidade bloqueia o acesso aos dados mais importantes, ciosamente guardados por aqueles que constituem os protagonistas das ocorrências e dos acontecimentos.” (2009, p. 16). Ou, ainda mais grave, como a epígrafe de Fanon, a “objetividade” sempre se volta contra o colonizado, contra a vítima da situação do conflito, contra o subalternizado. (MILANEZ, 2015, p. 57).

A batalha pela fronteira Munduruku, *Ninguém os ouviu* e *Lá vem o progresso* possibilitam observar a acolhida do olhar do Outro no gesto da reportagem, sem desfalque no tratamento técnico do tema. Observamos ainda que as afirmações presentes na narrativa são sempre atribuídas a alguém, oferecendo uma costura da intriga que movimenta aqueles sujeitos e aquele espaço. Em todas as matérias do *Especial Tapajós* há referência à tentativa do Governo Federal de implantar uma usina hidrelétrica em São Luiz do Tapajós, alagando parte da área indígena, o que, em havendo a demarcação, não poderia acontecer.

O relato das fontes, sujeitos que serão afetados caso ocorra a construção das usinas hidrelétricas no rio Tapajós e seus afluentes, da inviabilização de vida tal como ela existe naquele local, um risco concreto e multifacetado. Por isso, a iniciativa dos indígenas e ribeirinhos em marcar na floresta seu espaço legítimo, na ação de autodemarcação: “‘Esse é o portão de entrada do nosso território, viemos proteger a terra para nossos filhos e netos. Para o futuro’, diz Saw Rexatpu, guerreiro e historiador

Munduruku, ao fim de um dia de trabalho na picada da autodemarcação” (ARANHA, MOTA, 2015).

As divergências entre indígenas, ribeirinhos e cidadãos de Itaituba em relação ao governo abrangem, notoriamente, a consulta ou a falta dela para realização das obras da usina. Para o governo, mostra a reportagem, a opinião dos ribeirinhos sobre a construção da usina hidrelétrica não é bem-vinda. Somente os índios foram consultados, pois está previsto em lei, mesmo que a reportagem desvele tentativas de burlá-la. Os Munduruku já resistiram a muitos ciclos de pressão sobre o seu território e seu modo de vida, e essa é mais uma batalha pela qual estão dispostos a morrer, como relatado na série, acolhida nela a concepção em relação aos aspectos sagrado e cultural, ecológico e social do espaço. É também nesse sentido que as falas dos indígenas se costuram, apontando que há um valor intrínseco ao modo como percebem e interagem naquele espaço e que precisa ser respeitado. E para ser discursivizado, necessita ser igualmente acolhido e reconhecido, sem uma hierarquização externa ou deslegitimação.

5. Comentários finais

Além dos elementos destacados, para esse breve exercício de leitura procuramos tomar a narrativa jornalística pela sua potencialidade, destacando o papel da reportagem como espaço privilegiado de dizer e de observação. Nesse sentido, quando atribuímos ao jornalismo a capacidade de narrar tempo, espaço e acontecimentos em uma trama inteligível, consideramos que a construção da narrativa tem papel de “ressignificar e ampliar seus modos de ser, investindo, por exemplo, na compreensão das diferenças que os narrados suscitam” (RESENDE, 2011, p. 130).

O esforço de contextualização que percebemos como traço marcante para dar a ver o conflito socioambiental presente nesses episódios escapa de um modo banal de falar da contextualização no jornalismo, como afirma Medina (2014). Os índices observados manifestam uma narrativa densa pois está contido ali o aprofundamento do contexto, estendido no tempo e nos modos de sua apropriação e desenvolvimento, com explicitação das forças atuantes. Além disso, a humanização ultrapassa os fatos e abre espaço para o entrelaçamento das problemáticas com as histórias de vida e os modos de protagonismo. O que acontece no que convencionamos chamar de contemporâneo não

está deslocado de suas raízes históricas, o que, no caso dos conflitos socioambientais, nos soa como a perspectiva ideal de tratamento. Chama atenção, também, um cultivo equânime do estatuto de cada fonte, não hierarquizando suas demandas por especializações ou lugares sociais prévios. Emerge, assim, a possibilidade de uma interpretação em torno das diferentes forças que atuam para construção dos sentidos sobre o tema, sem esvaziar a luta social empreendida pela população local, ou, pelo contrário, conseguir abarcar sua expressividade e sua validade intrínseca. Novamente vamos concordar com a direção apontada por Medina para o posicionamento a ser adotado pelas narrativas contemporâneas no jornalismo:

A narrativa da contemporaneidade se assina na escritura; não importa qual o código, ela pode ser afirmar como polifônica e polissêmica, dialógica e dinâmica, interrogativa e inquieta. [...] A ação social se faz presente: a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto na esfericidade dos argumentos. Poética e racionalidade mobilizam a plenitude inteligente da transformação do real – o caos funda um cosmos (MEDINA, 2014, p. 47).

O Outro como compromisso primeiro e como perspectiva para a produção do conhecimento em jornalismo é, sem dúvida, desafio importante para debater distintos modos de pensar a reportagem jornalística no contemporâneo. Podemos pensar com Bhabha (2002, p. 21) no “desejo repetido de nos reconhecermos duplamente como descentrados dos processos solidários e como agentes de mudança conscientemente comprometidos”. O reconhecimento é fundador da sociabilidade e interpela a experiência, um processo reflexivo pois o reconhecimento é de caráter recíproco, mútuo. O olhar e a palavra se cruzam para a ação do relato.

Essas observações nos fazem voltar ao elemento já destacado no título do presente texto, que advém de uma fala de um dos personagens da narrativa: “*Por isso que eu digo: vocês nunca vão saber*”. A afirmação de Roseninho, porta-voz da terra indígena Sawré Muybu, não só dá conta daquilo que o discurso objetificador e o narrar técnico não conseguem abarcar, seja pela falha da linguagem, seja pela incapacidade de leitura, como mostra de forma contundente que estamos diante de uma luta que acontece na dobra dos dias. No centro da incapacidade compreensão expressa pela fala do indígena, por parte de quem chega, está o convite ao gesto primeiro do reconhecimento para que o encontro se estabeleça e dele a ruptura possa se originar, que algo possa

interromper o desconhecimento, a não acolhida, que o diálogo que transforma possa ter o seu lugar próprio e seu dizer ecoar *com* o/a repórter, como sinaliza o gesto pleno da reportagem.

Referências

- ARANHA, A.; MOTA, J. A batalha pela fronteira Munduruku. Agência Pública. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/12/batalha-pela-fronteira-munduruku>>. Acesso em: 2 jul. 2016.
- BHABHA, H. Democracia des-realizada. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 148, p. 67 – 80, jan. – mar. 2002.
- DANTAS, A. **Tempo de reportagem**: histórias que marcaram o jornalismo brasileiro. São Paulo: Leya, 2012.
- DIMENSTEIN, G.; KOTSCHO, R.. **A aventura da reportagem**. 3 ed. São Paulo: Summus, 1990.
- FRANÇA, V.. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; GOMES, R.; FIGUEIREDO, V. (orgs.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004, p. 13-26.
- GAGNEBIN, J.. **História e narração em Walter Benjamin**. 5 reimpr. da 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GROTH, O.. **O poder cultural desconhecido**: fundamento da Ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LAGE, N.. **A reportagem**: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MARCOS, M. L.. **Princípio da relação e paradigma comunicacional**. Lisboa: Colibri, 2007.
- MEDINA, C.. **Atravessagem**. Reflexos e reflexões na memória de repórter. São Paulo: Summus, 2014.
- PEREIRA, F. M.. **A ousadia de conviver com a floresta**: uma ecologia política do extrativismo na Amazônia. Tese de Doutorado em Democracia. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, Portugal. 2015.
- MOTA, J.. **Jornalismo e violações aos indígenas e ao meio ambiente**. Palestra. Jornadas PPGCOM/UFRGS. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tEc-09T6KWM>>. Acesso em: 2 jul. 2016.
- MOTTA, L. G.. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade. In: PEREIRA, F.; MOURA, D.; ADGHIRNI, Z. (orgs.). **Jornalismo e sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012. p. 219-241.

PEREIRA JUNIOR, L.C.. **Apuração da notícia:** métodos da investigação na imprensa. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PONTE, C.. **Para entender as notícias:** linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

RESENDE, F.. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, Gislene; KÜNSCH, Dimas; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso. **Jornalismo Contemporâneo**, figurações, impasses e perspectivas. Salvador: Compós; Edufba, 2011. p. 119-138.

RESENDE, F.. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009. Acesso em: 17 jul. 2016.

SODRÉ, M.; FERRARI, H.. **Técnica de reportagem:** notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SQUIRRA, S.. **Aprender Telejornalismo:** produção e técnica. São Paulo: Brasiliense, 1993.

XAVIER, C.; ROCHA, P.. **Reflexões sobre o processo de produção do livro-reportagem durante a graduação em Jornalismo.** Anais do X Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo e II Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo, Curitiba – PR, 2012.